

Contas

2016

**PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DOS
RESULTADOS LÍQUIDOS – 2016**

A Direcção propõe que os Resultados Líquidos do exercício de 2016, no valor de 288,62 € sejam transferidos para Resultados Transitados.

A Direcção,

Lino Maia

João Dias

José Leirião

Eleutério Alves

José Macário Correia

Maria de Lurdes Pombo

Maria João Quintela

José Baptista

Maria da Conceição Marques

Entidade: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Balança em 31 de Dezembro de 2016

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3, 6	171.102,88	193.170,01
Ativos intangíveis		0,00	650,58
Investimentos financeiros	3, 10	21.879,75	21.018,27
		192.982,63	214.838,86
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber	3, 10	24.569,27	25.614,77
Estado e outros entes públicos		120,75	4.258,29
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros		0,00	0,00
Diferimentos		3.585,94	3.087,87
Outros ativos correntes	3, 10	717.405,40	171.851,41
Caixa e depósitos bancários	4, 10	451.569,12	888.365,10
		1.197.250,48	1.093.177,44
Total do ativo		1.390.233,11	1.308.016,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		511.126,87	511.126,87
Resultados transitados		550.442,29	662.668,10
Ajustamentos/outras variações nos Fundos Patrimoniais		114.040,00	114.040,00
Resultado líquido do período		288,62	-112.225,81
Total dos fundos patrimoniais		1.175.897,78	1.175.609,16
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	3, 10	60.621,33	3.220,76
Estado e outros entes públicos		7.947,66	5.938,59
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		253,60	253,60
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	3, 11	145.512,74	122.994,19
		214.335,33	132.407,14
Total do passivo		214.335,33	132.407,14
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.390.233,11	1.308.016,30

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Demonstração Individual de Fluxos de caixa

Período Findo em 31 de dezembro de 2016

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2016	2015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		259.104,14	477.437,53
Pagamentos a fornecedores		-574.872,08	-844.977,02
Pagamentos ao pessoal		-182.274,35	-125.128,68
Caixa gerada pelas operações		-498.042,29	-492.668,17
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-48,95	-23,47
Outros recebimentos/ pagamentos		56.433,00	1.318.421,64
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-441.658,24	825.730,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1.291,50	-5.461,56
Investimentos financeiros		-861,48	-226,77
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	870,15
Juros e rendimentos similares		7.015,24	1.626,20
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		4.862,26	-3.191,98
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-436.795,98	822.538,02
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		888.365,10	65.827,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	451.569,12	888.365,10

A Direção

O Contabilística Certificado

ANEXO

Nota prévia: As notas do Anexo são apresentadas de forma sistemática, não sendo incluídas as notas consideradas como não aplicáveis

1 — Identificação da entidade:

1.1 — Designação da entidade:

CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

Rua da Reboleira, nº 47

4050 – 492 Porto

NIF: 501 146 253

1.2 — Natureza da atividade:

A entidade tem por finalidade defender e promover o quadro de valores comum às instituições particulares de solidariedade social.

A CNIS tem ainda como finalidades principais:

- Representar, promover e assumir a defesa dos interesses comuns das instituições particulares de solidariedade social;
- Coordenar a atividade das associadas relativamente a quaisquer entidades públicas e privadas;
- Promover o desenvolvimento da ação das instituições particulares de solidariedade social e apoiar a cooperação entre as mesmas na realização dos respetivos fins; e
- Contribuir para o reforço da organização e do papel de intervenção das instituições particulares de solidariedade social no seio das comunidades.

Para a realização das suas finalidades, são atribuições da CNIS:

- Realizar ações que visem o reforço de cooperação e do intercâmbio, bem como o conhecimento recíproco das instituições;
- Organizar serviços e ações de apoio às instituições particulares de solidariedade social, suas federações e uniões;
- Criar e fomentar oportunidades e programas de formação profissional e medidas de inserção social, quer segundo projetos da sua própria iniciativa, quer mediante acordos com outras entidades públicas ou privadas;
- Celebrar convenções coletivas de trabalho;

- Estimular a investigação, compilar e divulgar documentação, realizar reuniões, cursos, colóquios, conferências, debates ou encontros e intervir nos órgãos de comunicação social, no âmbito das finalidades que prossegue.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 — As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo - NCRF-ESNL, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações previstas no decreto-lei 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

As demonstrações financeiras encontram-se apresentadas à moeda de Euro e arredondadas à unidade.

2.2 — *Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.*

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 — *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.*

As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspetos com as do período anterior.

3 — Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência de apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação e
- Informação comparável.

3.2 — Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

No caso dos bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito, os bens são mensurados a justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo que figuravam na sua contabilidade. A quantia assim considerada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração do reconhecimento.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.2 – Ativos Intangíveis

Um ativo intangível deve ser mensurado inicialmente pelo seu custo, o qual deve ser determinado como preconizado para os ativos fixos tangíveis.

A quantia depreciável de um ativo intangível com uma vida útil finita deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, tal como previsto para os ativos fixos tangíveis. A amortização deve cessar na data em que o ativo for desreconhecido.

3.2.3 – Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
- b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.2.4 – Subsídios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança que:

- a) a entidade cumprirá as condições a ele associadas;
- b) os subsídios serão recebidos.

3.2.5 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

Os eventos futuros poderem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

4 — Fluxos de Caixa:

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto.

4.1 — Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário e depósitos bancários, detalha-se como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	85 €	111 €
Depósitos bancários	106 484 €	113 254 €
Outros depósitos bancários	345 000 €	775 000 €
Caixa e seus equivalentes	451 569 €	888 365 €

5 — Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

5.1 — Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

a) A natureza da alteração na política contabilística;

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

b) A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos;

Não foram encontrados quaisquer erros do período anterior.

6 — Ativos fixos tangíveis:

6.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

Em 2014 foi doado à CNIS o imóvel na Rua da Reboleira – Porto. O referido imóvel foi doado na condição de ser utilizado como sede da CNIS, estando sujeito uma cláusula de reversão caso se deixe de cumprir a condicionante de doação do imóvel.

b) Os métodos de depreciação usados;

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas
Outros ativos fixos tangíveis				
- Terrenos e recursos naturais	6 671 €		0 €	
- Edifícios e outras construções	190 973 €	17 246 €	170 959 €	10 258 €
- Equipamento administrativo	49 049 €	36 277 €	48 419 €	38 018 €
- Outros ativos fixos tangíveis	3 073 €	3 073 €	3 073 €	3 073 €
Total	249 766 €	56 596 €	222 451 €	51 349 €

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Descrição	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo Bruto					
Saldo a 31 de dezembro de 2015	6 671 €	190 973 €	49 049 €	3 073 €	249 766 €
Aquisições			1 170 €		1 170 €
Revalorizações					- €
Alienações	6 671 €	20 014 €	1 800 €		28 485 €
Saldo a 31 de dezembro de 2016	0 €	170 959 €	48 419 €	3 073 €	222 451 €
Depreciações e perdas imparidade acumuladas					
Saldo a 31 de dezembro de 2015		17 246 €	36 277 €	3 073 €	56 596 €
Depreciações do período		3 419 €	3 541 €		6 960 €
Alienações		10 408 €	1 800 €		12 208 €
Saldo a 31 de dezembro de 2016	- €	10 257 €	38 018 €	3 073 €	51 348 €
Valor líquido	€	160 702 €	10 401 €	- €	171 103 €

7 — Ativos intangíveis:

7.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Ativos Intangíveis	Número de anos
Programas de computador	3

b) A quantia escriturada bruta e a amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada bruta	Amortizações acumuladas
Ativos intangíveis				
- Programas de computador	5.112 €	4.462 €	5.112 €	5.112 €
Total	5.112 €	4.462 €	5.112 €	5.112 €

c) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Descrição	Programas de computador	Total
Ativo Bruto		
Saldo a 31 de dezembro de 2015	5 112 €	5 112 €
Aquisições		- €
Transferências/Outros		- €
Alienações		- €
Saldo a 31 de dezembro de 2016	5 112 €	5 112 €
Amortizações e perdas imparidade acumuladas		
Saldo a 31 de dezembro de 2015	4 462 €	4 462 €
Depreciações do período	650 €	650 €
Transferências/Outros		- €
Alienações		- €
Saldo a 31 de dezembro de 2016	5 112 €	5 112 €
Valor líquido	0 €	0 €

8 — Rendimentos e gastos:

8.1 — Uma entidade deve divulgar:

a) As políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do réditto incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços;

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Prestação de serviços	84 121 €	79 336 €

9 — Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

9.1 — Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

a) A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras;

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como “Subsídios à exploração” na demonstração dos resultados.

b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado;

Entidade	2016	2015
Instituto Segurança Social	337 292 €	332 964 €
IEFP	94 713 €	69 976 €
POISE	163 954 €	0 €
Total	595 959 €	402 940 €

c) Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos foram pessoas singulares.

10 — Instrumentos financeiros:

10.1 — Uma entidade deve divulgar as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

a) ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade

b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, se estivermos perante instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado.

ACTIVOS FINANCEIROS	2016			2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Não Correntes						
Investimentos financeiros	21.880		21.880	21.018		21.018
	21.880	0,00	21.880	21.018	0,00	21.018
Correntes						
Disponibilidades:						
Caixa	85		85	111		111
Depósitos a Ordem	106.484		106.484	113.254		113.254
Depósitos a Prazo	345.000		345.000	775.000		775.000
	451.569	0	451.569	888.365	0	888.365
Ativos financeiros ao custo:						
Créditos a receber	24.569		24.569	25.615		25.615
Outros Ativos Correntes	717.405		717.405	171.851		171.851
	741.975	0	741.975	197.466	0	197.466
	1.215.424	0	1.215.424	1.106.850	0	1.106.850

PASSIVOS FINANCEIROS		
Descrição	2016	2015
Não Corrente		
Total	0,00	0,00
Corrente		
Passivos financeiros ao custo:		
Fornecedores	60 621	3 221
Financiamentos Obtidos	254	254
Outros passivos correntes	145 513	122 994
Total	206 388	126 469
Total	206 388	126 469

11 — Benefícios dos empregados:

11.1 — As entidades devem divulgar o número médio de empregados durante o ano.

O número médio de empregados no exercício foi de sete.

11.2 — Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

A Direção é constituída por nove membros.

12— Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

Dívidas ao Estado e à Segurança Social:

Informa-se que a Entidade à data de encerramento das contas do período de 2016 tem a sua situação “regularizada” perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

13— Outras divulgações:

13.1- Outros Rendimentos e Ganhos:

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos é constituída por:

Descrição	2016	2015
Candidaturas FRSS - Fundo Reestruturação Setor Solidário	112.500 €	65.500 €
Apoio Financeiro CASES	10.000 €	25.000 €
Outros	15.596 €	41.214 €
total	138.096 €	131.714 €

Porto, 6 de março de 2017

Entidade: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período Findo em 31 de Dezembro de 2016

Unidade Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	3,8	84.120,50	79.336,25
Subsídios, doações e legados à exploração	3,9	598.227,85	419.540,13
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-609.549,03	-532.142,76
Gastos com o pessoal	11	-187.228,16	-131.141,61
Outros rendimentos	13	138.095,81	131.714,18
Outros gastos		-22.362,39	-70.964,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.304,58	-103.658,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7	-7.610,29	-9.580,17
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-6.305,71	-113.238,91
Juros e rendimentos similares obtidos		6.594,33	1.013,10
Resultado antes de impostos		288,62	-112.225,81
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		288,62	-112.225,81

A Direção

O Contabilista Certificado
